

**CICLO DE CONVERSAS SOBRE “DEMOCRACIA,
CONSTITUIÇÃO E DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS”
(ODS 16): DIÁLOGOS ENTRE, EXTENSÃO E DIVULGAÇÃO
CIENTÍFICA**

CYCLE OF CONVERSATIONS ON “DEMOCRACY, CONSTITUTION
AND FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS” (SDG 16): DIALOGUES
BETWEEN, EXTENSION AND SCIENTIFIC DIVULGATION

DEMOCRACIA, CONSTITUCIÓN Y DERECHOS HUMANO-
FUNDAMENTALES" (ODS 16): DIÁLOGOS ENTRE
INVESTIGACIÓN, EXTENSIÓN Y DIVULGACIÓN CIENTÍFICA

Arthur Ramos do Nascimento^{*1}

Universidade Federal da Grande Dourados

Robson de Oliveira Lezainski²

Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo: O presente relato tem como objetivo narrar a vivência do Projeto de Extensão Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humanos-fundamentais” (ODS 16) promovido como atividade da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD. O projeto foi desenvolvido no ano de 2021, no formato remoto, considerando

^{*} Autor para correspondência: arthurnascimento@ufgd.edu.br

¹ Doutor em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Direito Agrário (UFG). Docente efetivo do curso de Direito e professor colaborador do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados. Líder do Grupo de Pesquisa: Democracia, Constituição e Direitos Humanos-fundamentais. Endereço profissional Rua Quintino Bocaiúva, 2100 - Jardim da Figueira, Dourados - MS, CEP: 79824-140.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Bacharelado em Direito pela UNIGRAN. Endereço profissional: R. Balbina de Matos, 2121 - Jardim Tropical, Dourados - MS, CEP: 79824-900. E-mail: robson.lezainski@gmail.com.

uma preocupação de articulação entre ensino, pesquisa e extensão durante um período ainda de isolamento sanitário. Essa narrativa de experiência promovida pelo projeto pretende demonstrar a importância de se promover em diferentes formatos de extensão que preparam o estudante para diferentes competências formativas, inclusive não ignorando a carreira acadêmica como um projeto de vida. A conclusão a que se chega é que a experiência apresentou bons resultados e que poderá ser reproduzida futuramente, visto ter estabelecido pontes e conexões interinstitucionais que reforçaram no fortalecimento da formação e na transformação da sociedade .

Palavras-chave: Projeto de extensão, Formação de Pesquisadores, Popularização da Pesquisa, Evento.

Abstract: This report aims to narrate the experience of the Extension Project Cycle of Conversations on “Democracy, Constitution and Fundamental Human Rights” (SDG 16) promoted as an activity of the UFGD Law School and International Relations. The project was developed in 2021, in remote format, considering a concern for articulation between teaching, research and extension during a period of sanitary isolation. This narrative of the experience promoted by the project intends to demonstrate the importance of promoting different extension formats, which prepare the student for different training skills, not ignoring, including, the academic career as a life project. The conclusion reached is that the experience presented good results and that it can be reproduced in the future, as it has established bridges and inter-institutional connections that contribute to the strengthening of training and the transformation of society.

Keywords: Extension project, Training of Researchers, Popularization of Research, Event.

Resumen: El presente relato tiene como objetivo narrar la vivencia del Proyecto de Extensión Ciclo de Conversaciones sobre "Democracia, Constitución y Derechos Humano-fundamentales" (ODS 16) promovido como actividad de la Facultad de Derecho y Relaciones Internacionales de la UFGD. El proyecto fue desarrollado en el año 2021, en formato remoto, considerando una preocupación de articulación entre enseñanza, investigación y extensión durante un período aún de aislamiento sanitario. Esta narrativa de experiencia promovida por el proyecto intenta demostrar la importancia de promover

diferentes formatos de extensão que preparem al estudante para diferentes competencias formativas, inclusive no ignorando la carrera académica como un proyecto de vida. La conclusión a la que se llega es que la experiencia presentó buenos resultados y que puede ser reproducida futuramente, visto haber establecido puentes y conexiones interinstitucionales que contribuyen en el fortalecimiento de la formación y en la transformación de la sociedad.

Palabras clave: Proyecto de extensión, Formación de investigadores, Popularización de la investigación, Evento.

INTRODUÇÃO

A formação de um profissional do direito é um processo muito difícil e complexo, tendo em vista que a ciência jurídica, paradoxalmente, como Jano, o deus de duas faces, parece olhar para o passado e para o futuro ao mesmo tempo. Não é possível formar um jurista sem que lhe seja oferecida uma formação devidamente embasada nos clássicos, nas escolas teóricas, na literatura básica e na tradição jurídica do Ocidente. Ao mesmo tempo, não fará sentido formar um jurista se ele não estiver devidamente preparado para enfrentar os desafios que surgirão no futuro. Nesse sentido, é preciso expor o aluno a desafios que o façam pensar criticamente sobre os fenômenos e, dessa forma, possa refletir sobre soluções para problemas que atualmente não têm respostas.

O curso de Direito, tradicionalmente com duração de 5 (cinco) anos, não é suficiente para atender a todas as expectativas e exigências na formação de um jurista bem preparado. A carga horária e as divisões disciplinares obrigatórias acabam estabelecendo uma margem de liberdade docente muito limitada para instigar e apresentar temas muito distantes das matrizes e conteúdos exigidos em exames como o da Ordem dos Advogados do Brasil ou o ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).

Com base nessas reflexões, este relato de experiência/artigo busca descrever a necessidade de que mais ações de extensão sejam promovidas para a formação de juristas, notadamente na UFGD. Identifica-se a necessidade de mais extensões que também apresentem um perfil vinculado à pesquisa e ao ensino e que permitam maior aproximação institucional com outros centros de produção de conhecimento.

A literatura mostra que há uma prevalência de ações de extensão nos cursos de direito que estimulam a participação dos estudantes de direito na sociedade por meio da prestação de serviços jurídicos. No entanto, sem desmerecer a importância de tais ações que preparam os estudantes para atuar como advogados, há uma quase ausência de ações de extensão que dialoguem com a pesquisa e o ensino para os estudantes que pretendem seguir carreira acadêmica.

A construção deste texto, portanto, articula o método de revisão bibliográfica e o método narrativo (registro de experiências) como forma de oferecer tanto aspectos técnicos quanto pessoais sobre o tema da extensão universitária. Nesse sentido, o texto percebe a extensão universitária como estratégia de formação de profissionais críticos e com maior domínio sobre teorias e reflexões de pesquisa que não podem ficar restritas ao escopo do Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Iniciação Científica – a extensão permite maior alcance de interessados, pois há uma dinâmica de ação coletiva e não individualizada como, via de regra, ocorre na pesquisa.

Um dos objetivos deste registro, na forma de relato de experiência e sua publicação, é que ele sirva como meio de compartilhamento de experiências para que outros docentes se sintam motivados e desafiados a também articular propostas de extensão, tanto na perspectiva prático-profissional quanto em articulação com o ensino e a pesquisa. Esse objetivo se justifica pelo fato de que ainda há uma dupla resistência: (i) é preciso construir e fortalecer uma cultura extensionista nos cursos de Direito que não se limite à mera assessoria jurídica; e (ii) há pouca produção de relatos de experiência produzidos por docentes dos cursos de Direito.

A narrativa crítica foi escolhida como metodologia para construção do texto, por ser uma dinâmica que envolve tanto a apresentação sequencial dos acontecimentos quanto a valorização desses eventos narrados (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 149). O uso da narrativa permite demarcar a experiência como objeto de análise (e dessa narrativa extrair sentidos e possibilidades), sejam de natureza afetiva, ideológica, intersubjetiva, entre outras, apontar “suas significações histórico-sociais” (DALTRO; FARIA, 2019, p. 227).

Assim, o objetivo é relatar as experiências vivenciadas na atividade extensionista realizada em 2021: Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais” (ODS 16) (devidamente registrada e aprovada pelos órgãos institucionais da UFGD). Assim, o relato, especificamente, busca (i) descrever as etapas de motivação e construção da atividade extensionista; e (ii) abordar as percepções durante e após o processo, indicando as dificuldades e os resultados alcançados. Nesse sentido,

busca-se, na medida do possível, incentivar a utilização da atividade ou de outras similares por outros docentes, enriquecendo, assim, a experiência acadêmica ³.

Este relatório foi estruturado na seguinte ordem: (i) inicialmente, apresenta-se a preocupação com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas ações universitárias; (ii) a descrição do projeto de extensão e suas macrocontribuições para a formação do aluno-pesquisador e da comunidade. Posteriormente, (iii) são apresentadas considerações sobre a dinâmica metodológica da implementação do projeto de extensão; e, por fim, (iv) são descritos os resultados do projeto e as conclusões.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NAS AÇÕES UNIVERSITÁRIAS

A Universidade, especialmente uma universidade pública, gratuita e que visa oferecer formação de qualidade para profissionais com conhecimento além dos meros aspectos disciplinares, deve, na medida do possível, aliar ensino, pesquisa e extensão. Dito isso, é importante ressaltar a necessidade de uma educação humanística e socialmente consciente quando se trata da formação esperada de um curso de Direito. O profissional que se forma em Direito deve ser capaz de aliar diferentes tipos de conhecimento que não se limitem a simplesmente “decorar as leis”.

Propõe-se, dessa forma, a participação dos estudantes em atividades de extensão, pois, de alguma forma, os estudantes vivenciarão outras realidades ou dinâmicas em sua formação, seja pelo contato com a comunidade (sociedade civil), seja com outros centros de produção e discussão de conhecimento. A crise do ensino jurídico já vem sendo muito comentada há algum tempo, tendo em vista que há um reconhecido déficit de formação no que se refere à pesquisa e à extensão. Uma rápida busca em plataformas de dados revelará poucas produções extensionistas em Direito e que quase todas elas estão diretamente relacionadas ao trabalho de núcleos de prática jurídica (que envolvem atendimento a populações carentes e prestação de serviços jurídicos orientados). As ações têm como foco a formação humana e profissional dos futuros juristas, além do reforço de sua função social. É uma visão quase pacificada nos cursos de Direito que a ação extensionista deve estar “[...] diretamente articulada com demandas por direito e justiça”, e que

³ Vale destacar que o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o Direito deve ir além do ambiente da “sala de aula”, ainda que este seja um dos espaços mais adequados para a adoção de uma visão crítica do Direito. Nesse sentido, incentiva-se que, na medida do possível, sejam promovidos espaços de interação entre pesquisadores, estudantes e comunidade como forma de divulgação científica e educação jurídica.

tais conceitos nortearão “o núcleo duro da atual política nacional de extensão universitária, que diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (CASADEI, 2016, p. 14).

No âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), são desenvolvidas ações de extensão (que envolvem, por exemplo, a promoção de “programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços, produção e publicação e produto”), por meio de alunos, corpo técnico e docente, bem como unidades administrativas:

[...] nos processos educacionais, culturais e científicos, articulados ao ensino e à pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo docentes, discentes e técnicos que a Universidade interage com a sociedade, num exercício de contribuição mútua, construção de conhecimento e qualificação de sujeitos sociais (UFGD, 2021a, s/p).

Claro que é preciso reconhecer que há certa imprecisão quanto ao conceito e aos limites do que constitui uma ação extensionista e o que a diferencia de uma ação de pesquisa ou ensino. A descrição apresentada pela UFGD aponta para uma interpretação aberta do conceito de ação extensionista considerando a “interação” entre sociedade e universidade como fator determinante. Como se pode observar neste relato, ainda que se trate de um grupo recortado da sociedade (estudantes de direito e pesquisadores), é possível identificar essa interação entre a universidade e a comunidade: houve participação de estudantes e pesquisadores de Dourados/MS e de outras cidades e estados.

O projeto de extensão desenvolvido, que ora é descrito neste relato de experiência, não ignora ou nega a importância de extensões voltadas para a prática, mas suscita preocupações quanto à formação teórica de juristas que podem seguir carreira acadêmica. Se, segundo Bortolai, “[o] conhecimento legal se mostra um caminho essencial para que a população tenha acesso verdadeiro à justiça”, há uma necessidade estratégica de oferecer oportunidades de formação que não sejam meramente curriculares, mas que também não se limitem à formação acadêmica – e que contribuam para o desenvolvimento social de outros indivíduos, qualificados ou não.

Além disso, segundo Bortolai, o conhecimento serve como defesa contra a alienação, pois “pessoas alienadas, que não possuem conhecimentos básicos sobre determinados temas, seja por ignorância ou por desconhecimento” devem ter acesso a ferramentas para superá-los, sendo tais limitações objeto de ações que possibilitem “essa superação das barreiras apresentadas” (BORTOLAI, 2013, p. 118). Dessa forma, a

comunidade estudantil do Direito deve ser exposta a uma formação crítica para que seja capaz de questionar a realidade e se desenvolver o suficiente para transformá-la.

SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO EXECUTADO

Considerando que a extensão universitária deve transcender os muros institucionais, sejam eles físicos ou metafóricos, há uma premissa clara de que a comunidade deve ser o foco do projeto: como participante ou como receptora. Partindo dessa percepção, não se pode ignorar os impactos que a pandemia da Covid-19 tem causado na sociedade e na “práxis universitária” em todos os níveis, forçando uma adaptação às ferramentas digitais sem tempo suficiente para refletir sobre o processo e articular instrumentos e métodos para um melhor resultado. Por essas razões, o projeto de extensão foi pensado para o ambiente virtual, o que permitiria maior participação da comunidade, já que em 2021 ainda havia orientação para o isolamento social como forma de evitar a disseminação do vírus.

Nesse sentido, a atuação da Universidade (que engloba os processos de pesquisa, ensino e extensão) sofreu adaptação durante o período da pandemia e, com isso, vivenciou-se um período de virtualização de experiências. As ações da Universidade foram lançadas em plataformas digitais e cada uma dentro de suas possibilidades e limitações. Isso, como narrado, não foi ignorado durante a idealização e execução do projeto.

O Ciclo de Conversas sobre “Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais” foi realizado como uma proposta de atividade que ofereceria aos estudantes e pesquisadores envolvidos em pesquisas (sejam eles parte da comunidade interna da UFGD ou comunidade externa) a oportunidade de conhecer os debates atuais sobre democracia, teoria constitucional e direitos humanos. A atividade foi proposta em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais” (devidamente registrado na UFGD e no CNPq-Capes) - o que possibilitou o contato com os docentes. Essa parceria também contribuiu para a busca de relações mais próximas de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições públicas de ensino superior (aqui com destaque para a UFMS-Campus de Três Lagoas e a Universidade Estadual do Norte do Paraná).

Vale destacar que, embora a divulgação de pesquisas geralmente ocorra apenas em Grupos de Estudos e Pesquisas, a divulgação científica não pode (ou não deve) ficar restrita somente a esses espaços. O Curso de Direito da UFGD (localizado na Faculdade de Direito e Relações Internacionais) conta com grupos de pesquisa e, ao menos uma vez ao ano, promove a divulgação científica com a participação do Centro Acadêmico Águia de Haia por meio do Simpósio Jurídico da UFGD, que também inclui um Encontro Científico. Esses momentos de eventos públicos são muito importantes na formação de estudantes, profissionais e da sociedade civil interessada. A Universidade cumpre, assim, seu papel de divulgação científica ao trazer (presencial ou virtualmente) professores e pesquisadores para demonstrar suas pesquisas de forma acessível ao público em geral.

Considerando a importância da “educação para o Direito” e a já mencionada preocupação em formar alunos para carreiras acadêmicas (e não apenas para o Direito ou posições jurídicas mais óbvias), a proposta do Projeto de Extensão buscou oferecer, em escala mais modesta, esses encontros de divulgação científica. Com a proposta, foram oferecidas diferentes oportunidades de diálogo entre professores-pesquisadores de outras IES (Instituições de Ensino Superior) e alunos de graduação e pós-graduação, mas sem a formalidade de uma “palestra”. Por meio dessas interações, houve contato com leituras e referências diferentes daquelas usualmente indicadas pelos professores da UFGD.

Considerando a busca por possibilitar diálogos mais francos e informais entre professores com experiência em pesquisa e jovens pesquisadores, por meio da ação extensionista, foram realizados cinco encontros ao longo do projeto, conforme quadro abaixo. Cada encontro foi individualizado com a participação de um professor-pesquisador, um tema e leituras específicas para o desenvolvimento dos diálogos.

Tabela 1. Palestrantes, instituições de origem e qualificações.

Nome	Instituição	Grau
Jairo Neia Lima	UENP	Doutor
Stanley Souza Marques	UFMG	Doutor
Marco Antonio Turatti Júnior	UENP	Professor
Cláudia	UFMS	Doutor

Fonte: Os autores (2022).

A proposta envolveu disponibilizar material de leitura prévia (tabela abaixo) para que alunos pesquisadores, professores e pesquisadores da UFGD (que estavam no PIBIC, PIVIC, integrantes de outros grupos de estudo ou pesquisa da Faculdade de Direito e Relações Internacionais, alunos do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) e participantes de outras instituições de Mato Grosso do Sul e de outros estados (como

UFMS, UNIGRAN, UEMS e UENP) pudessem dialogar nas datas previamente agendadas para as “Conversas”, propondo reflexões e questionamentos. Além disso, a execução do projeto também permitiu a oferta de oficinas e encontros específicos para discutir metodologia de pesquisa (como a elaboração de projetos de pesquisa, por exemplo) como forma de transformação da sociedade e oportunização de acesso ao universo da *pós-graduação stricto sensu*.

Vale destacar também que o termo “Conversation Series” não foi cunhado em vão. O objetivo era quebrar ao máximo a formalidade de um evento acadêmico para que, independentemente do título, instituição ou formação, os presentes pudessem interagir, tirar dúvidas e, de fato, conversar. Uma das preocupações recorrentes era mostrar que o conhecimento deveria ser acessível e os pesquisadores também.

A proposta, como se vê, justifica-se pela importância de aliar ensino, pesquisa e extensão, e também por promover mudança institucional nos debates atuais sobre Democracia, Constituição e Direitos Humanos fundamentais. É importante promover a integração entre alunos de graduação e pós-graduação e públicos externos interessados. Aproximar diferentes públicos e construir uma rede de pesquisadores permite uma troca de ideias que consolida debates mais bem fundamentados. Nesse sentido, há uma relação dialógica com a sociedade, uma vez que o projeto é destinado tanto a alunos de graduação e pós-graduação quanto a professores pesquisadores (sejam da UFGD, UFMS, UNIGRAN, UEMS e Anhanguera-Dourados).

A proposta está devidamente adaptada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ⁴, estando alinhada principalmente ao *ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficientes*, tendo em vista que os debates desenvolvidos buscaram compreender fenômenos e conflitos sociais. Os temas envolveram minorias e grupos vulneráveis (bem como diferentes aspectos dos direitos humanos) buscando a inclusão e também a divulgação científica de pesquisas sobre instituições (como o Judiciário) produzindo uma nova leitura sobre elas, de modo a torná-las mais “efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. O projeto também se vinculou ao *ODS 4 - educação de qualidade*, ao buscar garantir que seja promovida uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para estudantes e pesquisadores da Região da Grande Dourados, promovendo oportunidades de aprendizagem que vão além da mera aula em sala de aula. Considerando

⁴A UFGD preocupa-se especialmente em estabelecer que as ações de extensão devem estar vinculadas a um ou mais ODS.

o tema dos direitos das minorias, há também relação com o ODS 5 "igualdade de gênero", pois alguns debates envolveram o *empoderamento* das mulheres na pesquisa e além dela.

Considerando que o evento foi realizado em parceria com o Grupo de Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais” e foi aberto aos alunos do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos, a extensão gerou impactos ao qualificar e incentivar a escrita de artigos (para todos os participantes) e dissertações (especificamente para os alunos de mestrado). A interdisciplinaridade esteve presente nessas interações, com a diversificação dos temas abordados e sua relação com a realidade jurídico-político-social brasileira, bem como a relevância da perspectiva teórica sobre diversos aspectos (fenômenos virtuais, democracia, ensino, constitucionalismo, instituições etc.) .

METODOLOGIA DO PROJETO DE EXTENSÃO

A metodologia desenvolvida no projeto de extensão envolveu o compartilhamento de leituras prévias que nortearam o debate, permitindo aos estudantes contextualizar e intertextualizar as discussões, com as perspectivas de outros pesquisadores e suas próprias experiências. Nesse sentido, durante a execução do projeto houve uma troca de conhecimentos sistematizados, mesmo dentro de um grupo recortado da sociedade, considerando os objetivos da proposta de oferecer formação científica e profissional em alguma medida e também comprometida com a qualificação de um grupo de novos e futuros pesquisadores.

O projeto foi executado sob a coordenação e orientação do professor que formulou a proposta a partir da identificação de demandas como a importância de maior interação interinstitucional e acessibilidade virtual. Essa percepção das necessidades da comunidade acadêmica foi feita de forma espontânea e por meio da observação, mas elas foram identificadas e sistematizadas na proposta do projeto. Nesse sentido, tanto na formulação quanto na execução, a abordagem buscou promover uma formação crítica que reverberasse na (des)construção tanto pessoal quanto teórica e, com isso, permitisse a disseminação do conhecimento científico que era objeto dos encontros.

A metodologia baseou-se essencialmente na utilização de recursos virtuais e tecnológicos, como salas de aula virtuais e compartilhamento de arquivos digitais. A divulgação das atividades de extensão do projeto foi realizada por meio do uso de redes sociais e aplicativos de comunicação, permitindo maior alcance e divulgação em busca

do público-alvo desejado. Nesse contexto, se as atividades de extensão devem solucionar e auxiliar problemas socialmente identificados, a implementação buscou suprir eventual déficit de formação e fomentar a análise crítica da sociedade e das instituições por meio (e não somente) da pesquisa científica e da divulgação.

Após estabelecer temas-chave para a discussão sobre Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais, o coordenador do projeto contatou pesquisadores de outras instituições (visando construir pontes interinstitucionais). Após o aceite dos pesquisadores convidados, cada um foi convidado a indicar leituras preparatórias (como forma de nivelar e introduzir os temas e apresentar referências teóricas). Os textos indicados foram organizados por data do encontro e compartilhados com os participantes por meio de um *link específico* para a pasta “drive” (Google Drive) onde os textos foram disponibilizados. Todos os textos escolhidos foram artigos acadêmicos publicados em periódicos de livre acesso.

Após compartilhamento da programação e dos textos de referência, os encontros ocorreram nas tardes de sábado (14h às 16h30, horário do Mato Grosso do Sul). O dia e o horário foram propostos pelos participantes do projeto que consideraram ser o momento mais acessível – já que não coincidia com trabalho, aula ou outras atividades. O *link* para as salas foi enviado separadamente conforme os encontros aconteciam.

Ao final de cada encontro, as impressões e *feedbacks dos participantes* foram coletados por meio de comentários registrados nas listas de participação, nos comentários do grupo do aplicativo de comunicação (*WhatsApp* criado para troca de informações sobre o projeto) e também por meio do contato direto com o professor supervisor do projeto. Essas respostas e *feedbacks* dos participantes permitiram o desenvolvimento de alguns registros parciais e a organização dos encontros seguintes. Ao final de cada encontro, os participantes assinavam a lista de presença (em um *formulário do Google Forms*) e também avaliavam aquele encontro em particular. Essa avaliação possibilitou a reorganização dos encontros seguintes, uma vez que havia um intervalo considerável entre cada encontro do Ciclo (normalmente, um encontro era realizado a cada dois meses).

O formato do Ciclo de Conversas permitiu que os alunos (por ser um evento com menor número de pessoas envolvidas) pudessem fazer perguntas diretamente aos professores pesquisadores que ministraram as palestras e realizaram a divulgação científica. A diversidade temática, mas sempre no âmbito da Democracia, Constituição e

Direitos Humanos Fundamentais, oportunizou diferentes debates e abordagens (como pode ser observado na Tabela 2):

Tabela 2. Textos sugeridos pelos palestrantes para os encontros do Projeto em 2021.

Debate/ Reunião	Leituras recomendadas
01	<p>ALVES, Fernando de Brito; LIMA, Jairo Neia . Quando o poder constituinte desafia os poderes constituídos: uma abordagem filosófica sobre a confiança democrática na desobediência civil e o direito ao protesto social. Revista Brasileira de Direito , Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 45-59, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1790 . Acesso em: 9 jan. 2021. doi : https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v13n1p45-59 .</p> <p>LEAL, Rogério Gesta. O Brasil para com as rodas dos caminhões: perspectivas da Contrademocracia e seus limites políticos e institucionais. Revista da Faculdade de Direito da UFMG , Belo Horizonte, n. 76, pp. 393-410, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/2070/1934 Acessado em 10 jan. 2021.</p>
02	<p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. Revista de Estudos Feministas . Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 01-16, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e68037.pdf . Acesso em 5 de fevereiro de 2021.</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Paternidade e identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença-paternidade. Revista da Faculdade de Direito da UFPR , Curitiba, v. 63, n. 2, p. 9-38, ago. 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/52320 .</p> <p>CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Direito fundamental à licença paternidade e masculinidades no Estado Democrático de Direito. Revista Culturas Jurídicas , v. 09, pág. 222-248, 2017. Disponível em: https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44851 .</p>
03	<p>FACHIN, Melina Girardi . Utopia quixotesca dos direitos humanos. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura , Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 153-169, jun. 2017. ISSN 2446-8088. Disponível em: https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/316 . Acesso em: 28 abr. 2021. doi :http ://dx.doi.org/10.21119/anamps.31.153-169.</p> <p>TRINDADE, André Karam ; BERNST, Luísa Giuliani. O estudo de "direito e literatura" no Brasil: surgimento, evolução e expansão. ANAMORPHOSIS - Revista Internacional de Direito e Literatura , Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-257, jun. 2017. ISSN 2446-8088. Disponível em: https://rdl.org.br/seer/index.php/anamps/article/view/326 . Acesso em: 28 abr. 2021. doi :http ://dx.doi.org/10.21119/anamps.31.225-257.</p>

04	<p>ROCHA, Ana Cláudia dos Santos. A (in)eficácia da Lei nº 11.738/2008 à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal. Revista de Políticas Educacionais . v. 14, n. 46. Outubro 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/74105 Acessado em 12 de agosto de 2021. Doi : http://10.5380/jpe.v14i0.74105</p> <p>XIMENES, Solomon Barros; OLIVEIRA, Vanessa Elias de; SILVA, Mariana Pereira da. Judicialização da educação infantil: efeitos da interação entre o Sistema de Justiça e a Administração Pública. Revista Brasileira de Ciência Política , nº 29. Brasília, p 155-188, maio - agosto de 2019. DOI: 10.1590/0103-335220192905. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/SHSsGMztRZgS7XxpmprNcxm/?lang=pt Acesso em 12 de agosto de 2021.</p> <p>NOZU, Washington Cesar Shoiti ; CARVALHO, Cristiane da Costa; AGRELOS, Camila da Silva Teixeira. Direito humano à inclusão escolar: da previsão à judicialização . In : Educação, direitos humanos e inclusão [recurso eletrônico] organizado por Washington Cesar Shoiti Nozu , Gustavo de Souza Preussler – Curitiba: Ithala , 2021.</p>
----	--

Fonte: Os autores (2022).

Como a idealização e execução de um projeto de extensão deve partir de um diálogo entre a sociedade e a universidade, não podemos perder de vista que há vários agentes transformadores nesse processo (comunidade, extensionistas, professores, etc.). A interação deve “construir um conhecimento coerente”, pois cada pessoa “por ter uma experiência de vida diferente, detentora de um conhecimento particular e individual, possibilitaria o acesso a um conhecimento verdadeiramente crítico a partir do contato entre o popular e o acadêmico” e, mais do que isso, o objetivo “não é impor ideias aos membros da comunidade, mas possibilitar, por meio de uma conversa, a construção do seu próprio conhecimento” (BORTOLAI, 2013, p. 124).

Neste sentido, todos os temas (conforme constam na Programação e Cronograma de Atividades) estão direta ou indiretamente relacionados às áreas temáticas e aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), conforme demonstrado:

Tabela 3. Tópicos das conversas e suas ligações com os ODS

Conversa/Reunião	Tema principal	ODS vinculados
01	Democracia, liberdade de expressão, direitos individuais.	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 4 – Educação de qualidade;
02	Divisão sexual do trabalho, pensamento jurídico crítico a partir de uma perspectiva de gênero.	ODS 5 – Igualdade de Gênero; 10 – Redução das

		desigualdades; ODS 4 – Educação de Qualidade;
03	Diálogos interdisciplinares entre Direito e Cultura.	ODS 4 – Educação de qualidade
04	Judicialização das políticas públicas de educação, ativismo judicial.	ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; ODS 4 – Educação de qualidade; ODS 10 – Redução das desigualdades;

Fonte: Os autores (2022).

A proposta, como observado, segue as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu Art. 43, VII. Essas diretrizes determinam, entre as finalidades do ensino superior, a promoção da extensão que deve ser aberta à participação da população com o intuito de disseminar conquistas e benefícios que resultaram da produção científica e da pesquisa. Além disso, as diretrizes apontam para a democratização cultural e tecnológica desenvolvida na instituição de ensino superior (BRASIL, 1996). Vale identificar, ainda, que a proposta realizada está de acordo com a missão do curso de Direito da UFGD, que envolve a integração dessas atividades de extensão à formação dos estudantes de Direito (UFGD, 2021b, p. 20-21, 23-24, 28-29) .

RESULTADOS

Foi possível promover a divulgação científica de pesquisas realizadas em diferentes instituições (UFMS, UENP, UFMG) com a participação de pesquisadores (doutores, doutorandos e mestres) que desenvolvem suas pesquisas em diferentes realidades e contextos.

Foi possível estabelecer espaços de debate e desenvolvimento crítico do conhecimento científico, bem como oportunizar aos participantes reflexões sobre suas próprias práticas de pesquisa e, nesse sentido, foi garantido o acesso a novos referenciais teóricos para o amadurecimento da pesquisa jurídica.

Considerando que a atividade foi realizada em datas e com temáticas distintas, não foi possível manter a estabilidade da participação do público-alvo, que variou conforme o tema e a ocasião. O número de participantes chegou a 47 (quarenta e sete) com a condição de alunos de graduação, 7 (sete) participantes com a condição de alunos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e 5 participantes com a condição de

professores universitários e pesquisadores não vinculados a instituições de ensino superior. No entanto, a participação variou para menos em diferentes momentos. A depender do professor/pesquisador convidado, o número de participantes de outros estados também tendeu a variar, considerando a participação de acadêmicos de seus respectivos grupos de pesquisa.

O Grupo de Pesquisa “Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais” foi promovido como um ambiente de pesquisa e popularização de investigações científicas, apresentando também a própria Universidade Federal da Grande Dourados como um centro de produção de conhecimento. Por meio dessa promoção, foram desenvolvidas estratégias de aproximação da divulgação científica e da pesquisa entre a UFGD e a comunidade externa (UEMS, Unigran, UFMS e Anhanguera-Dourados), como, por exemplo, convites entre instituições para submissão de resumos (em Reuniões Científicas) e convites para palestras e exposições.

Conversas entre diferentes stakeholders fortaleceram pesquisas relacionadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030, especialmente considerando os temas de Democracia, Constituição e Direitos Humanos Fundamentais. A importância do ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes e do ODS 5 – Igualdade de Gênero na pesquisa jurídica foi destacada. Novos canais para promover o ODS 4 – Educação de Qualidade foram desenvolvidos, combinando educação jurídica, pesquisa e extensão.

Um dos resultados mais significativos alcançados foi a formação mais abrangente dos alunos, com a produção de conhecimento e a geração de novas pesquisas, o que significou atendimento direto/assistência direta conforme as necessidades identificadas pela comunidade atendida. Além da extensão propriamente dita, foi possível obter uma atividade acadêmica complementar.

Também é possível destacar como resultados positivos que os alunos de graduação tiveram a oportunidade de mediar debates, conduzir perguntas e interações com os professores pesquisadores, o que lhes deu mais autonomia, segurança e desenvolvimento de habilidades que também formam um bom jurista e professor pesquisador, o que também reflete um resultado de formação e amadurecimento de uma futura postura profissional.

Outro ponto que merece destaque foi o comprometimento da comunidade estudantil participante, que se engajou e interagiu o máximo possível no limitado espaço virtual. Essa dedicação e interação da comunidade envolvida foram benéficas para que a

proposta atingisse os objetivos definidos. A participação da comunidade estudantil e dos pesquisadores na avaliação de cada encontro permitiu avaliar se os objetivos do projeto de extensão foram total ou parcialmente atingidos.

Foi disponibilizado um link (formulários da plataforma Google) para mensuração da frequência. Esse formulário exigiu o preenchimento de um questionário para avaliação do encontro, buscando também aferir as impressões dos participantes e as necessidades da comunidade acadêmica atendida para novas propostas de projetos de extensão com a finalidade de qualificação profissional acadêmica. O questionário supracitado indagava sobre as percepções dos participantes sobre: (i) as leituras recomendadas; (ii) os diálogos desenvolvidos com os pesquisadores; e (iii) sugestões para futuros encontros ou melhorias no projeto. Em uma análise geral, as respostas foram sempre muito positivas, destacando-se entre essas percepções: (i) a recomendação de leituras anteriores facilitou a compreensão das apresentações e permitiu um melhor aprofundamento do tema para pesquisas individuais; (ii) os pesquisadores convidados receberam avaliações positivas com indicação de elogios como “humilde”, “pessoa acessível”, “generosidade”, “carismático” e “muito conhecedor”; e (iii) quanto a sugestões ou propostas de melhorias, as respostas sempre foram apenas de que o formato apresentado foi do agrado da comunidade e de agradecimento pela oportunidade de conhecer mais sobre pesquisas e temas relevantes para um futuro jurista.

A avaliação das impressões e feedbacks dos participantes (público-alvo do projeto) permite verificar a importância de uma maior diversificação das propostas de extensão. Há também a necessidade de construção de uma cultura extensionista entre docentes e discentes do curso de direito, bem como propostas diferenciadas que possam considerar tanto a ação social quanto a formação profissional acadêmica dos discentes, combinando interação entre diferentes instituições de ensino superior. Também é possível perceber que, mesmo com a possibilidade de implementação de projetos de extensão presenciais, a adoção de tecnologias ainda deve ser mantida para permitir a participação nos projetos por diferentes públicos e destinatários das ações extensionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões desenvolvidas neste relato de experiência, é possível concluir que o período de pandemia apresentou dificuldades para as práticas

extensionistas tradicionais, mas também oportunizou que novas dinâmicas se estabelecessem. A necessidade de adaptação das propostas extensionistas ao novo contexto de isolamento permitiu a ampliação da concepção de extensão e possibilitou a experimentação de novas abordagens.

A extensão como parte do “tripé” da Universidade é, sem dúvidas, a parte mais fraca da formação dos estudantes de um curso de Direito, limitando-se, muitas vezes, aos serviços de assistência jurídica prestados pelos Centros de Prática e Clínicas Jurídicas dessas escolas. Há escassez de produções acadêmicas que apresentem alternativas de atividades de extensão que se aliem à formação de futuros pesquisadores e docentes, estabelecendo conexões mais dinâmicas do que aquelas desenvolvidas apenas em propostas como projetos de iniciação científica e de conclusão de curso.

Sem a possibilidade de ir aos bairros periféricos ou mesmo visitar instituições de ensino (onde o conhecimento é compartilhado por meio de palestras e painéis temáticos) que sempre contam com o engajamento de acadêmicos e organizações estudantis universitárias, foi preciso reinventar as propostas para fazer a diferença na sociedade. Organizar um evento como atividade de extensão não é uma atividade estranha à realidade da Universidade Federal da Grande Dourados (que entende eventos como atividades de extensão), mas é incomum que esses encontros estejam tão intimamente ligados à pesquisa, permitindo trocas entre pesquisadores, equacionando pesquisa e extensão de forma dialógica: extensão incentivando a pesquisa. Mais do que isso, é incomum ver projetos de extensão em cursos de direito que tenham como foco a formação de jovens pesquisadores e sua preparação para o mercado de trabalho docente.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem gerado resultados significativos, e o projeto de extensão proposto tem sido bem-sucedido. Acadêmicos que participaram do projeto em 2021 apresentaram resumos em eventos universitários, e projetos para programas de mestrado foram apresentados por participantes já titulados em direito, além do desenvolvimento de pesquisas que já estavam em andamento graças ao intercâmbio promovido entre pesquisadores e instituições. A apresentação de produtos concretos (projetos de pesquisa para programas de pós-graduação, resumos, artigos e capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso) resultantes e/ou com contribuições das conversas indicam o objetivo principal do projeto piloto apresentado.

A experiência desenvolvida no projeto contribuiu para a criação de novas estratégias, considerando o desenvolvimento regional (no contexto dos futuros pesquisadores e professores sul-mato-grossenses, em especial) e o desenvolvimento

nacional (por meio da conexão entre instituições do Centro-Sul) em relação ao ensino e à pesquisa jurídica. Os impactos sociais, no entanto, só poderão ser identificados em longo prazo, considerando se os envolvidos seguirão a carreira acadêmica ou darão continuidade aos canais de comunicação estabelecidos no projeto e, com isso, retroalimentarão a formação de pesquisadores e juristas com maior senso crítico e uma nova dimensão reflexiva sobre os problemas da realidade.

REFERÊNCIAS

BORTOLAI, Luís Henrique. Projetos de Extensão Universitária em Faculdades de Direito: um meio de efetivação do princípio do acesso à justiça. **Direitos Fundamentais & Justiça** . Ano 07, n.º 25, p. 115-131, out/dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** . Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 15 de agosto de 2022.

CASADEI, Eliza Bachega ., org. Extensão universitária e as demandas por justiça: cidadania e comunicação como questão de enfrentamento. In: **Extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 13-30. Disponível em: doi : 10.7476/9788579837463. Também disponível em ePUB em: <http://books.scielo.org/id/zhy4d/epub/casadei-9788579837463.epub> .

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados. Ações de extensão. 18/06/2021. **UFGD (PROEX)** . Dourados, 2021a. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/secao/acoes-de-extensao-proex/index> Acessado em: 23 de agosto de 2022.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Projeto Pedagógico do Curso de Direito** , 2021. Faculdade de Direito e Relações Internacionais. Dourados, 2021b. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1q700jDseMpMQmY7vIJlbqyKkRnRRmRjV> . Acesso em: 22 de agosto de 2022.